

Livros



A Europeização de Portugal Entre Guerras A Junta de Educação Nacional e a Investigação Científica.

Quintino Manuel Junqueira Lopes

Caleidoscópio, 2017

399 p.

ISBN: 978-989-658-495-5

José Braga

Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia, Faculdade de Ciências Universidade de Lisboa

Este livro reproduz a tese de Doutoramento em História e Filosofia da Ciência do investigador Quintino Lopes apresentada na Universidade de Évora em julho de 2017. Tem o mérito de trazer ao grande público a história de uma instituição portuguesa de apoio à investigação científica, a Junta de Educação Nacional (JEN) e os seus esforços de modernização do trabalho científico nacional numa continuidade entre a I República e a Ditadura Nacional e Estado Novo. Com prefácio de Ana Simões e uma breve Introdução com a apresentação do tema e do método, o corpo do livro é composto por seis capítulos, uns mais desenvolvidos que outros de acordo com as fontes disponíveis e características dos temas abordados. A conclusão precede um conjunto de documentos anexos composto pela planta da JEN, suas contas e a listagem dos bolseiros externos que realizaram doutoramentos em universidades estrangeiras entre 1929 e 1938. A inclusão de um índice onomástico, geográfico e de instituições torna a obra mais fácil de consultar.

Em «Crise e inovação nas origens da Junta de Educação Nacional» nota-se como o reconhecimento da importância do cientista e investigador se rela-

ciona com a I Grande Guerra na medida em que a dimensão científica e tecnológica levou ao aumentar das exigências para com o mundo académico. É essa consciência que leva à reforma do ensino superior nacional em 1918, acentuando as competências das universidades no domínio científico e propondo a criação de uma organização estatal que promovesse a investigação científica e a renovação pedagógica. Esta instituição será criada em 1929 permitindo falar-se de uma continuidade científica apesar da alternância dos regimes.

Por trás desse ideal da JEN estiveram Augusto Celestino da Costa (1884-1956) e Luís Simões Raposo (1898-1934), que defendiam a conexão entre Universidade e investigação, a especialização do professor/investigador em centros internacionais baseado num sistema de bolsas, a articulação entre estas e a formação dos candidatos e a importância de garantir condições de enquadramento aos cientistas regressados, rentabilizando os seus conhecimentos e estimulando a Ciência nacional. A efetivação do projeto ocorre no período de Ditadura Militar em 1929, inspirando-se em duas instituições internacionais conhecidas dos seus dirigentes, a espanhola *Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas* e o belga *Fonds National de la Recherche Scientifique* o que é demonstrado no segundo e terceiro

capítulos. Aí caracterizam-se bolsas e bolseiros e liga-se o financiamento da JEN e a capacidade de produção e publicação dos investigadores. Fomentava-se assim a profissionalização dos cientistas, por lhes permitir uma dedicação à investigação no âmbito do tempo de trabalho.

A JEN procurou funcionar de forma independente do poder político, procurando europeizar a Ciência e pedagogia em Portugal, renovando-o economicamente. Assumindo que Portugal estava menos desenvolvido cientificamente que os seus congéneres europeus, pressupunha-se a atualização dos intelectuais nacionais no estrangeiro. A capacidade da instituição era maior no momento de renovação das bolsas do que na atribuição de novos subsídios, refletindo a política da instituição e a incapacidade de resposta face aos recursos disponíveis, dando primazia a investigadores que publicavam investigações, participavam em congressos ou realizavam doutoramentos. Permitia aos cientistas que apoiava estágios prolongados no estrangeiro para fomentar a desejada renovação científica.

A Junta procurou fomentar o mérito como fator determinante para a atribuição e renovação de bolsas obedecendo a critérios de produção e divulgação e circulação de conhecimento através da publicação em periódicos internacionais, integrando redes europeias e mundiais. Além da especialização em centros estrangeiros existia um processo de formação extracurricular dos cientistas com a frequência de museus, bibliotecas, arquivos, realização de excursões a assistência a outras atividades.

Em «Centros de estudo e publicações científicas: a vida pelo subsídio» nota-se como a JEN não cingiu o controlo do trabalho desenvolvido ao critério quantitativo dando atenção ao impacte das publicações, a partir de citações ou apreciações de outros autores, solicitando que os trabalhos lhe fossem encaminhados e recorrendo ao parecer de especialistas. Pensando-se a Ciência numa relação com o desenvolvimento, nota-se a ligação à agronomia e outras áreas exemplificando-se com o trabalho de diversos bolseiros, como o físico Manuel Valadares ou o filólogo Armando Lacerda. Ao conceder bolsas a candidatos competentes, rentabilizando internamente a sua especialização ao patrocinar a publicação dos trabalhos, a JEN (mais tarde Instituto para a Alta cultura) contribuiu para criar escolas de investigação científica reconhecidas internacionalmente, caso do Laboratório de Física da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa ou o Laboratório de Fonética Experimental da Universidade de Coimbra.

No quinto capítulo mostra-se «a imagem de um país produtor de ciência». Os produtores de conhecimento deveriam divulgar internacionalmente os resultados obtidos, financiando a JEN a representação em conferências e congressos internacionais. Nessa função, destaca-se o papel dos leitorados que exprimiam a prioridade na expansão cultural. A JEN tentava que Portugal mantivesse capacidade de integrar as redes de comunicação científica internacionais, estreitando relacionamentos e atualizando-os sobre os trabalhos que os pares estrangeiros realizavam. Financiava congressos onde se fazia a apresentação de resultados obtidos pelos investigadores. 20% dos Congressos eram de

Pedagogia, a área com participação mais elevada, parecendo a instituição contribuir para disseminar um ideário educativo distinto do promovido pelos poderes políticos. Devido a limitações orçamentais, o envio de conferencistas ao estrangeiro ocorreu em pequeno número.

Finalmente, em «A JEN na produção do único prémio Nobel português da Ciência» sublinha-se como o apoio financeiro da instituição, a concessão de bolsas a cientistas do Instituto de Neurologia de Lisboa e o apoio à integração nas redes científicas foi fundamental para a atribuição do prémio Nobel a Egas Moniz em 1949.

Este trabalho traz assim um contributo para a divulgação da História da Ciência em Portugal, sublinhando como a continuidade de políticas entre regimes diferentes permitiu desenvolver a Ciência nacional, ultrapassando até atitudes conservadoras das próprias universidades, contribuindo para a atribuição do mais alto galardão científico mundial a um cientista português. Também vem desmistificar a imagem de um país que muitos pensavam atrasado a nível científico até recentemente, mostrando o muito que os nacionais fizeram com os recursos disponíveis. Dotado de um amplo aparelho iconográfico, esta obra ilustra como existe espaço no mercado editorial para divulgar a História da Ciência em Portugal.

José Braga

Investigador do Centro Interuniversitário de História da Ciência e Tecnologia, na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, é professor do 3º ciclo do ensino básico e do secundário.